



# O CONGRESSO NA PANDEMIA

Um raio-x da atuação dos deputados e dos projetos que viraram lei nos temas de saúde e educação em 2020-2021



Realização:



Apoio:



# Sumário



Nas páginas seguintes, clique nesse ícone, no canto inferior direito, para retornar ao Sumário

# Resumo executivo

## Raio-x das Comissões de Saúde e Educação

- Comissões da Câmara dos Deputados que tratam de saúde e educação não registraram atividades em 2020, primeiro ano da pandemia; no entanto, importantes projetos foram votados no período;
- A Comissão de Seguridade Social e Família, que abrange a subcomissão de saúde, **não convocou nenhuma vez qualquer um dos quatro ministros da Saúde** que o Brasil teve durante a pandemia;
- Dados de financiamento de campanha permitem traçar teias de relacionamento entre financiadores e deputados, revelando possíveis interesses de doadores sobre a futura atuação dos parlamentares;
- Um a cada cinco projetos analisados na Comissão de Educação tem ao menos um voto dissidente, e o cenário tende a acompanhar a polarização política do país;
- Das pessoas físicas com interesses empresariais no setor da educação, **55 fizeram R\$ 15,4 milhões em doações a 28 dos 97 deputados** que integraram a comissão como titulares ou suplentes.

## Raio-x das leis aprovadas

- 94% dos projetos sobre educação, saúde e a própria pandemia tramitaram em **regime de urgência**, modalidade que dispensa alguns ritos normais do processo legislativo;
- 78% tiveram **votação simbólica**, ou seja, que não registra a posição individual dos parlamentares;
- Calculamos o **índice de divergência dos deputados em relação à orientação do partido** para os casos de votação nominal. Parlamentares em primeiro mandato, especialmente os próximos ao governo, apresentam as maiores proporções de divergência
- Cerca de 2/3 do total de deputados federais **votaram contra a orientação** de seus partidos entre uma e seis vezes nos 19 textos analisados.

# Apresentação

O contexto político imposto pela pandemia do coronavírus, cujos efeitos ainda ecoam em todo o mundo, desenvolveu-se mais intensamente entre os anos de 2020 e 2021. Medidas emergenciais foram tomadas em todas as esferas, e o cenário se mostrou favorável à dispensa ou aceleração dos ritos legais para aprovação de recursos e atividades legislativas.

A situação acende um alerta em quem costuma acompanhar as ações do Congresso brasileiro. Em parceria com o estúdio de inteligência de dados Lagom Data, a Open Knowledge Brasil coordenou uma análise sobre as atividades das comissões de Saúde e Educação na pandemia, dois dos setores mais importantes nesse contexto.

Também nos debruçamos sobre os projetos de lei aprovados sob o mesmo recorte, incluindo os que citavam diretamente o combate à pandemia como eixo temático. Para realizar as análises, cruzamos os dados do [Portal da Câmara dos Deputados](#) com as bases de [financiamento de campanha eleitoral](#) e a base da [Receita Federal](#).

O resultado, além de uma série de análises sobre as pautas que foram priorizadas na pandemia e sobre o posicionamento dos deputados, são duas bases de dados inéditas\* contendo os [votos nas comissões e os casos de divergência](#) com a orientação dos partidos e os [projetos de lei aprovados no período](#), incluindo a origem da iniciativa e a distinção entre votação nominal e simbólica.

\* Para baixar as bases de dados, clique com o botão direito do mouse no navegador, selecionar a opção “Salvar como...” e escolher o local onde deseja salvar o arquivo. As bases também foram publicadas em [repositório aberto no Github](#).

## IMPORTANTE

A maioria das visualizações são **interativas**.

Clique no ícone  para abrir o gráfico na web.

## PARTE 1

# Raio-x das Comissões

Um panorama sobre o papel das comissões de Saúde e Educação da Câmara dos Deputados, quem participa, quais conexões podem ser encontradas com o setor privado e como atuaram durante a pandemia em 2020 e 2021.

## O QUE SÃO

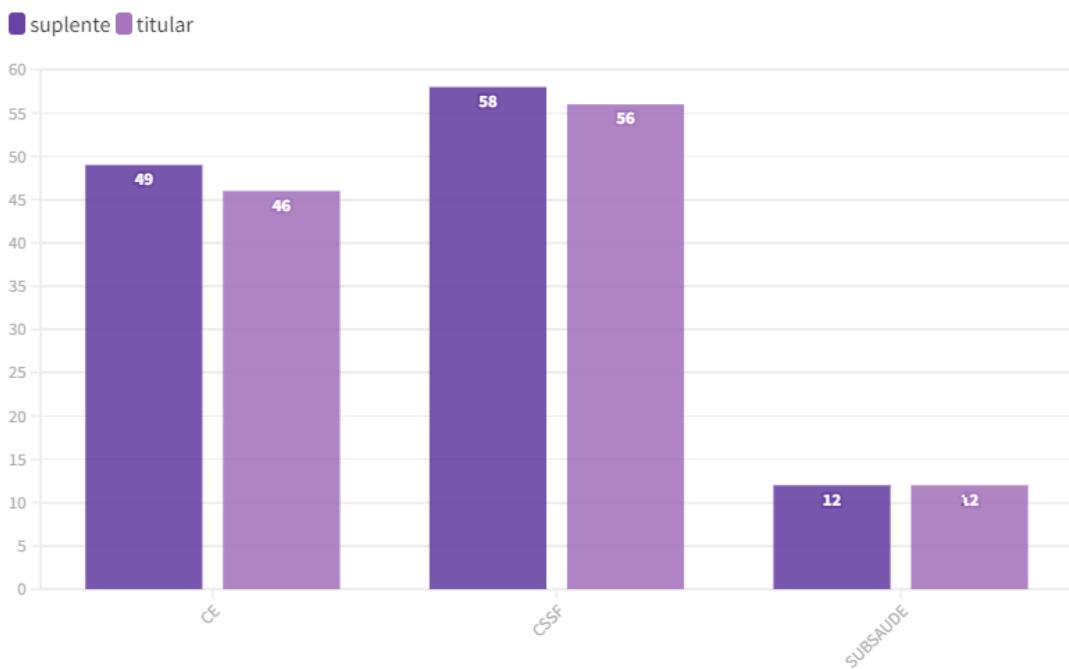
**N**a Câmara dos Deputados, as comissões temáticas são responsáveis por atividades de fiscalização e de análise dos projetos de lei sobre o tema propostos pelos deputados. A princípio, devem ter “caráter técnico, legislativo e especializado”\*. Na prática, servem como um filtro do que vai se tornar lei no país.

Ao todo, existem 25 comissões permanentes em funcionamento. A Comissão de Educação (**CE**) é uma delas. Toda comissão temática

tem subcomissões, com um número menor de deputados que já sejam membros das comissões. A Saúde, por exemplo, é tema de uma subcomissão (**SUBSAUDE**) da Comissão de Seguridade Social e Família (**CSSF**).

Como titulares, os deputados geralmente só podem fazer parte de uma comissão permanente por vez, com a exceção de algumas comissões. Todas as comissões têm número similar de membros titulares e suplentes.❶

Quantidade de membros nas comissões



Fonte: Microdados da Câmara dos Deputados | Análise: Marcelo Soares / Lagom Data

\*Ver mais em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/guia-para-jornalistas/comissoes>

## COMO SÃO FORMADAS

**O**s membros de comissões são escolhidos com base na **proporcionalidade partidária**.

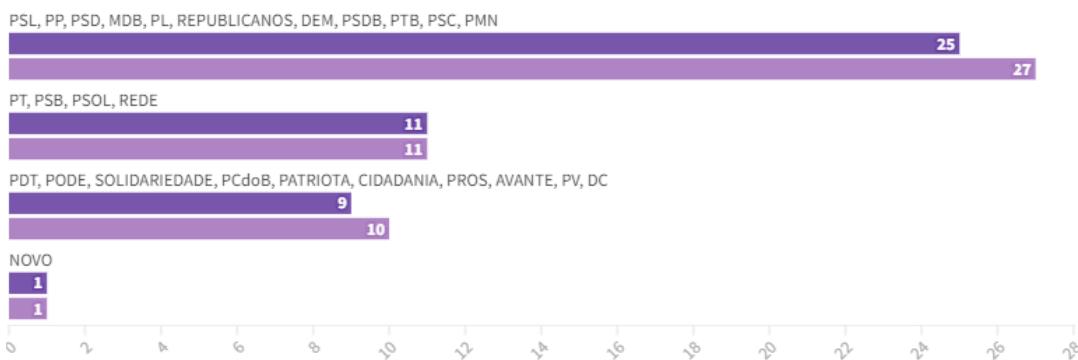
Os partidos se dividem em blocos partidários na comissão — eles não incluem necessariamente os mesmos partidos em todas as comissões — e os mais numerosos na Câmara como um todo sempre terão mais membros em qualquer comissão.

Os partidos mais numerosos também costumam ocupar a presidência, vice-presidências e relatorias desses espaços.

Os blocos mais numerosos nas comissões tendem a ser os que gravitam a base do governo. Veja, nos gráficos a seguir, a divisão por blocos de cada comissão:

### Membros da Comissão de Educação, por bloco

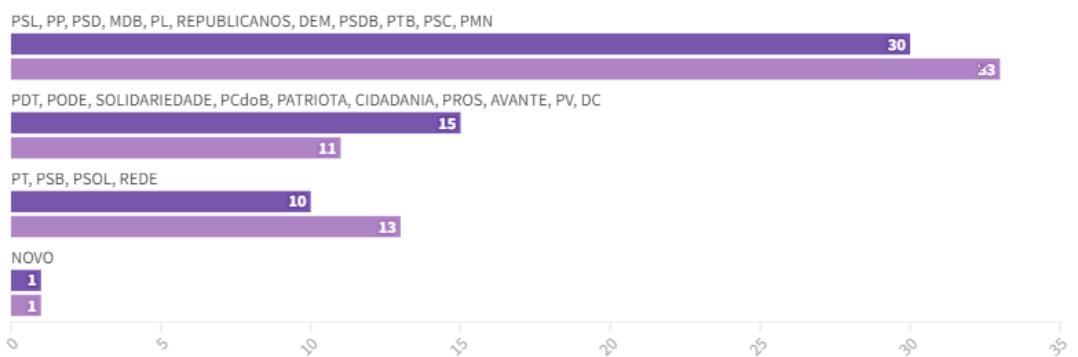
Composição ao final de 2021



Fonte: Microdados da Câmara dos Deputados | Análise: Marcelo Soares / Lagom Data

### Membros da Comissão de Seguridade Social e Família, por bloco

Composição ao final de 2021



Fonte: Microdados da Câmara dos Deputados | Análise: Marcelo Soares / Lagom Data

(A subcomissão de Saúde não informa a divisão exata dos seus membros por bloco).

Os blocos, porém, podem distribuir os cargos para que alguns partidos estejam mais bem representados. Vagas remanescentes nos blocos podem ser redistribuídas aos partidos mais votados. Por isso é

que o PSB e o PT, de oposição ao governo, se tornaram os partidos mais numerosos na Comissão de Educação. Na Subcomissão de Saúde, PSDB e PSL formam a maioria dos titulares. •

### Membros da Comissão de Educação, por partido

Composição ao final de 2021

	 titular	 suplente
Partido dos Trabalhadores (PT)	6	8
Partido Social Liberal (PSL)	4	6
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	7	2
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	4	3
Partido Liberal (PL)	3	3
Partido Progressistas (PP)	3	3
Podemos (PODE)	1	4
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	3	1
Partido Social Democrático (PSD)	1	3
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	1	3
REPUBLICANOS	2	2
Democratas (DEM)	2	1
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	3	0
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	1	2
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	1	2
AVANTE	0	2
NOVO	1	1
CIDADANIA	1	0
PATRIOTAS	0	1
Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	1	0
Partido Social Cristão (PSC)	0	1
Partido Verde (PV)	1	0
SOLIDARIEDADE	0	1

Fonte: Microdados da Câmara dos Deputados | Análise: Marcelo Soares / Lagom Data

## Membros da Comissão de Seguridade Social e Família, por partido

Composição ao final de 2021



	titular	suplente
Partido Progressistas (PP)	4	11
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	3	10
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	7	3
Partido dos Trabalhadores (PT)	5	4
Partido Social Liberal (PSL)	5	4
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	4	3
REPUBLICANOS	3	3
Partido Social Democrático (PSD)	3	3
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	3	3
Democratas (DEM)	3	2
Podemos (PODE)	2	2
Partido Liberal (PL)	1	3
PATRIOTAS	3	1
SOLIDARIEDADE	1	1
Partido Verde (PV)	2	0
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	1	1
CIDADANIA	1	1
AVANTE	1	1
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	1	0
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	1	0
Partido Social Cristão (PSC)	0	1
Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	1	0
Partido da Mobilização Nacional (PMN)	0	1
NOVO	1	0

Fonte: Microdados da Câmara dos Deputados | Análise: Marcelo Soares / Lagom Data

## Membros da Subcomissão de Saúde, por partido



Composição ao final de 2021

	 titular	 suplente
Partido Progressistas (PP)	0	4
Partido Social Liberal (PSL)	2	1
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	2	2
Partido da Mobilização Nacional (PMN)	1	1
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	0	2
Democratas (DEM)	1	1
REPUBLICANOS	1	0
Partido Verde (PV)	1	0
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	0	1
PRB	1	0
PR	0	1
PPS	1	0
PATRIOTAS	1	0
NOVO	1	0
AVANTE	0	1

**Fonte:** Microdados da Câmara dos Deputados | **Análise:** Marcelo Soares / Lagom Data

## QUEM PARTICIPA

A composição das comissões varia com o tempo. Alguns deputados flutuam, outros passam o mandato inteiro nas mesmas comissões.

Um exemplo é o caso de [Chris Tonietto](#) (PSL-RJ), suplente da Comissão de Educação que passou dois períodos como titular na mesma comissão. Seguidora do influenciador Olavo de Carvalho, ela é coautora de um projeto que [retira do Código Penal o ensino domiciliar](#) como um dos tipos de crime de abandono intelectual. Também teria usado [informações falsas sobre a vacina contra a Covid-19](#) num projeto contra o passaporte vacinal.

São os partidos que indicam os membros de cada comissão, de acordo com seus próprios critérios – afinidade profissional do deputado é um deles, mas essa não é uma condição necessária. Assim, deve-se verificar mais professores, ex-autoridades de educação e empresários do setor na Comissão de Educação e mais médicos, ex-autoridades e empresários do setor na subcomissão de saúde.

Essa afinidade pode **abrir espaço para conflitos de interesse**, no caso dos deputados que são empresários dos setores cuja legislação ajudam a

filtrar na comissão. Mas os partidos também podem acabar indicando outros profissionais, caso queiram.

O segundo vice-presidente da Comissão de Educação, por exemplo, é o deputado [General Peternelli](#) (PSL-SP), militar reformado eleito em 2018 que chegou a ser líder da bancada. Tendo concorrido à presidência da Casa contra o candidato do governo – teve apenas um voto além do seu –, já foi considerado um traidor do bolsonarismo, mas costuma fazer pronunciamentos a favor do presidente. É um dos deputados que pedem [impeachment de ministros do Supremo](#), por exemplo. Tendo feito manifestações públicas a favor do golpe militar de 1964, ele chegou a ser [indicado para presidir a Funai](#) (Fundação Nacional do Índio) no governo Temer, mas a indicação não prosperou.

A terceira vice-presidente da Comissão de Seguridade Social e Família é [Dra. Soraya Manato](#) (PSL-ES). Médica, ela participa da Subcomissão de Saúde e relata o grupo de trabalho de Atenção Básica. Foi defensora do uso de cloroquina no tratamento da Covid-19, mas [ao menos vacinou-se](#) no começo de 2021. Em 2020, ela afirmou [ter tido acesso](#) ao laudo médico da

menina que engravidou após ser estuprada no Espírito Santo, estado que representa. O laudo vazou a extremistas que cercaram o hospital para pressionar a família a não fazer

o aborto previsto por lei nesse tipo de caso, e a menina precisou ser transferida para Pernambuco. A deputada nega ter sido a responsável pelo vazamento.

## Bancada evangélica

De acordo com o site Congresso em Foco, a chamada “bancada evangélica” tinha 105 membros na Câmara em 2021. A Constituição não veda a participação de religiosos no Congresso, mas a bancada atua informalmente, como uma espécie de “partido paralelo”, unindo-se a favor de pautas ultraconservadoras.

Com a posse do governo Bolsonaro, a bancada também se tornou uma das mais ferventes apoiadoras de suas pautas de costumes. Durante a pandemia, também apoiou os esforços de Bolsonaro em favor do uso de medicamentos sem eficácia contra a Covid.

Para identificar a presença dessa força política nas comissões, a OKBR cruzou a lista dos membros das comissões com a lista dos membros da bancada publicada pelo site Congresso em Foco. **Dos 105 membros da bancada evangélica, quase um terço (31) faz parte das comissões.** Na Subcomissão de Saúde, um terço dos titulares e suplentes é membro da bancada evangélica. Na Comissão de Educação e na CSSF, a proporção é de um quinto e um quarto, respectivamente. As terceiras vice-presidentes da Comissão de Educação (Maria Rosas) e da Comissão de Seguridade Social e Família (Dra. Soraya Manato), fazem parte da bancada.❶

## CONEXÕES COM FINANCIADORES DE CAMPANHA

Por meio de uma análise de dados de parlamentares e do quadro societário de empresas, foi possível **identificar relações entre deputados e financiadores que têm interesses empresariais nos setores de Saúde e Educação.**

A transparência do financiamento de campanhas é um elemento crucial para averiguar possíveis conflitos de interesses entre agentes políticos e interesses econômicos. Campanhas eleitorais têm custos altos, e a lei facilita a pessoas físicas (e, até 2016, a pessoas jurídicas) contribuir financeiramente com a eleição de candidatos cujas propostas apoiam.

A eleição de 2018, que elegeu os atuais deputados, foi a primeira de âmbito federal em que apenas pessoas físicas puderam doar a candidatos.

O financiamento empresarial de campanhas era criticado por concentrar poder econômico na campanha eleitoral e por criar possíveis conflitos de interesses. Na prática, com as doações por parte de pessoas físicas sendo a única modalidade permitida, sócios e diretores de grandes empresas continuam sendo importantes doadores — e, exceto por alguns nomes muito conhecidos, quem

acessa a nominata de financiadores dificilmente sabe quais interesses econômicos tem a pessoa que fez a doação.

Por meio dos dados abertos de sócios de empresas, publicados pela Receita Federal, é possível cruzar doadores de campanha e donos de empresas. Como uma mesma pessoa pode ter sociedade em várias empresas, é impossível afirmar que tal empresa financiou a campanha de tal candidato. Usando os dados do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que identificam os setores em que uma pessoa jurídica atua, porém, é possível **filtrar os doadores que tenham interesses empresariais nos ramos de Saúde e Educação, por serem ligados a CNPs daquele setor.**

Essa análise traz apenas um indicativo, não é taxativa. Pessoas voluntárias na diretoria de caixas escolares de escolas públicas, e que por acaso doaram às campanhas, aparecem como doadores com interesses empresariais no setor de educação. Foram mantidos na análise por uma questão de integridade dos dados, mas é importante ter em mente o contexto em que entram nos dados.

Mesmo nos casos em que o doador

é um grande empresário, aliás, essa análise tem apenas a finalidade de

dar transparência e contexto aos apoios de cada parlamentar.

## Na Comissão de Educação

Foram identificadas **55 pessoas físicas** com interesses empresariais no setor da educação que fizeram **R\$ 15,4 milhões em doações a 28 dos 97 deputados** que fazem ou fizeram parte da comissão nesta legislatura, como titulares ou suplentes. Os quatro maiores dentre esses financiadores são simultaneamente deputados e empresários do setor de

educação que doaram às suas próprias campanhas.

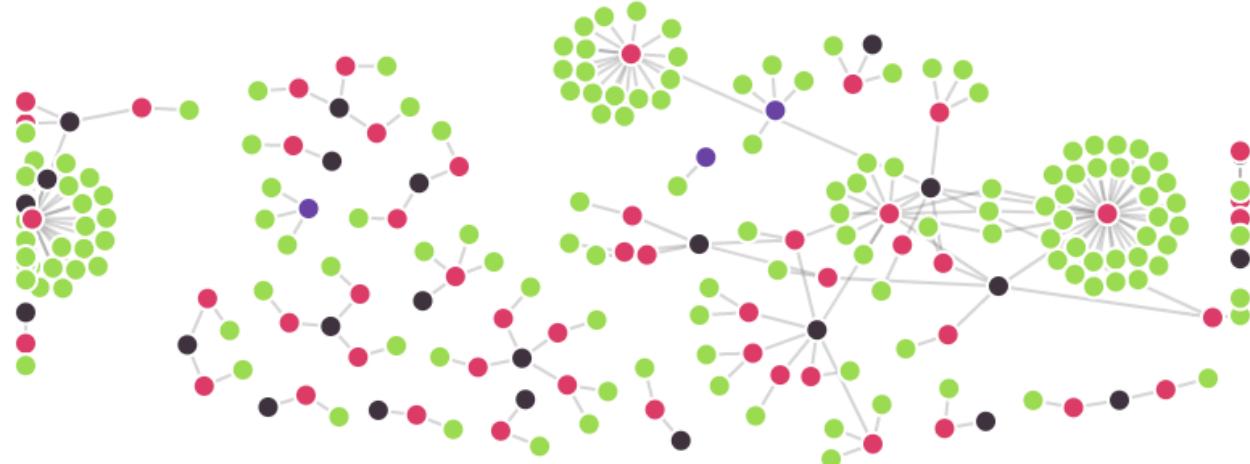
O gráfico abaixo mostra as conexões entre doadores, as empresas de que são sócios e os deputados que financiaram. Há diversas conexões entre financiadores e empresas, e entre doadores e deputados e deputadas participantes da comissão.

*Comissão de Educação: explore a teia de relações entre parlamentares, financiadores de campanhas e suas empresas:*

### Doações do setor de educação a deputados da Comissão

A partir do cruzamento dos doadores pessoa física com sua participação societária

grupo ● doador ● deputado doador ● razão social ● deputado



Fonte: Câmara dos Deputados, Tribunal Superior Eleitoral e Receita Federal | Análise: Marcelo Soares / Lagom Data

Nessa teia, por meio de doadores em comum, é possível ver que há conexões, por exemplo, entre os deputados Tábata Amaral (Partido Socialista Brasileiro – SP), Felipe Rigoni (Partido Social Liberal – ES), Tiago Mitraud (NOVO – MG) e o ex-deputado Marcelo Calero (CIDADANIA – RJ).

Vários desses doadores estão conectados a mais de uma empresa e, por meio delas, por vezes têm laços de sociedade entre si. Mais adiante, serão detalhadas as conexões entre os deputados. A seguir, destacam-se as pessoas que doaram a mais de um dos quatro parlamentares.

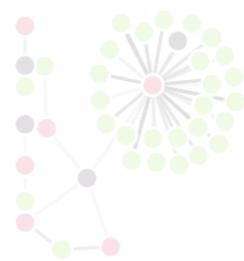
## Doações do setor de educação a deputados da Comissão



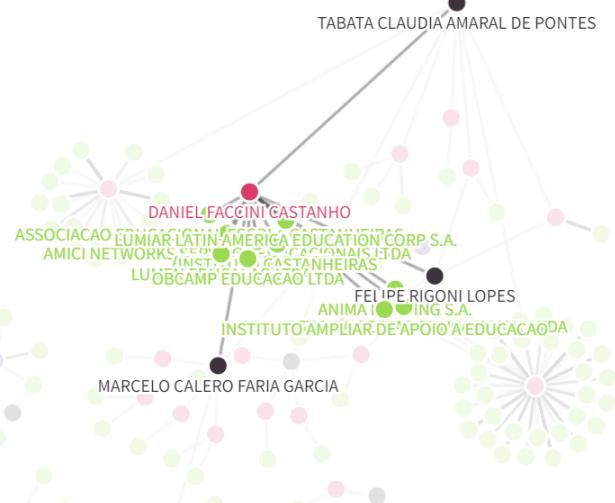
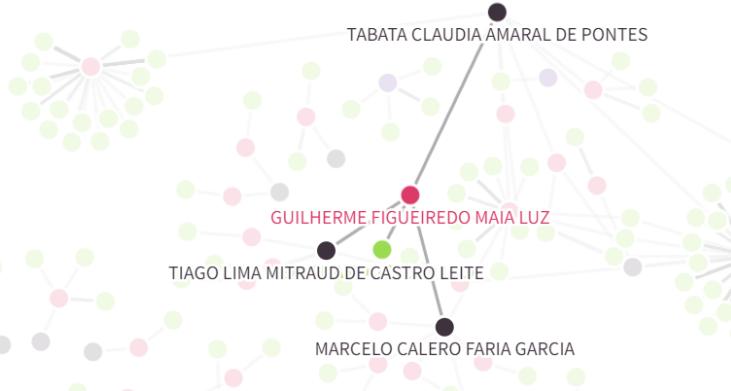
A partir do cruzamento dos doadores pessoa física com sua participação societária

grupo ● doador ● deputado doador ● razão social ● deputado

**GUILHERME FIGUEIREDO MAIA LUZ,**  
ex-sócio da Somos Educação e hoje  
sócio da Galena Educação, uma  
empresa de orientação vocacional,  
doou a Tábata, Mitraud e Calero.



**DANIEL FACCINI CASTANHO,**  
do grupo de ensino Ânima Educação,  
doou a Tábata, Rigoni e Calero. Seu  
sócio Marcelo Battistella Bueno doou  
a Tábata e Rigoni.



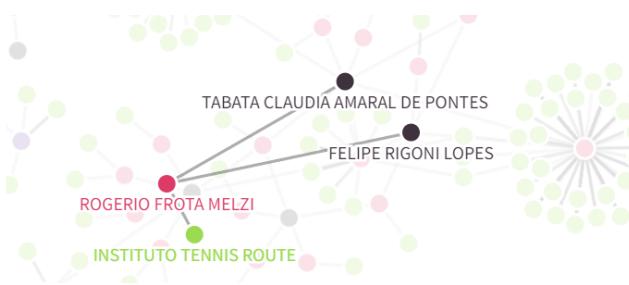
Fonte: Câmara dos Deputados, Tribunal Superior Eleitoral e Receita Federal | Análise: Marcelo Soares / Lagom Data

## Doações do setor de educação a deputados da Comissão

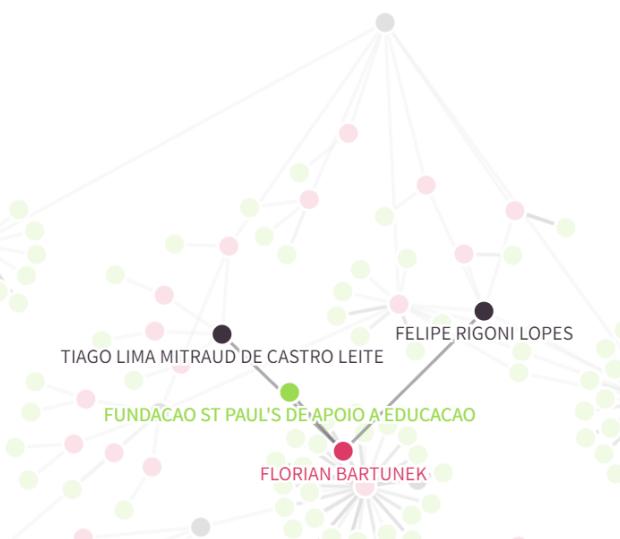
A partir do cruzamento dos doadores pessoa física com sua participação societária

grupo ● doador ● deputado doador ● razão social ● deputado

**RODRIGO MELZI**, ex-CEO do Grupo Estácio, doou a Tábata e Rigoni, assim como **ANTENOR DE SOUZA MELLO CAMARGO FILHO**, sócio da FMU



**FLORIAN BARTUNEK**, sócio-fundador da Constellation Investimentos e sócio da Fundação St.Paul's, financiou Rigoni e Mitraud



Fonte: Câmara dos Deputados, Tribunal Superior Eleitoral e Receita Federal | Análise: Marcelo Soares / Lagom Data

Outros empresários doaram individualmente a cada um dos deputados.

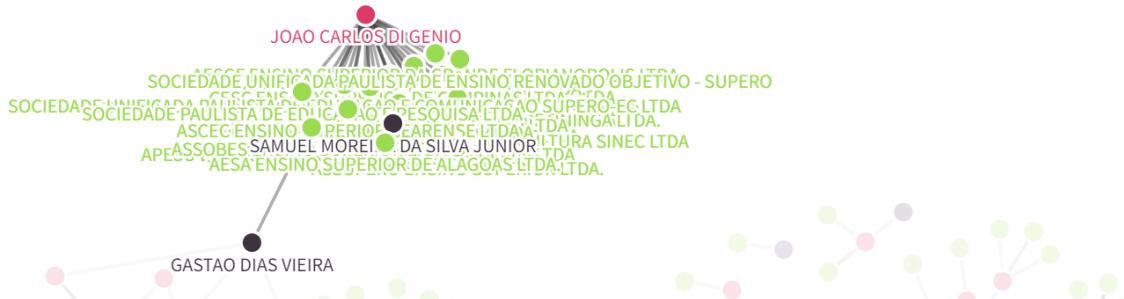
João Carlos Di Gênio, fundador do grupo Objetivo, doou a Samuel

Moreira (PSDB-MG) e a Gastão Vieira (PROS-MA). Vieira também recebeu de sócios do Grupo Dom Bosco e da Sociedade Educacional Turano, ligada à Unifipmoc.

## Doações do setor de educação a deputados da Comissão

A partir do cruzamento dos doadores pessoa física com sua participação societária

grupo ● doador ● deputado doador ● razão social ● deputado



**Fonte:** Câmara dos Deputados, Tribunal Superior Eleitoral e Receita Federal | **Análise:** Marcelo Soares / Lagom Data

Os outros deputados da comissão com doadores do setor não têm conexões de doadores em comum com outros deputados. Em alguns casos, a conexão de um doador com um CNPJ ligado à educação se dá por meio da **caixa escolar** de uma escola estadual, entidade sem fins lucrativos que administra os recursos de uma escola.

**Os quatro deputados que são empresários do setor, fazem parte da comissão e doaram para suas próprias campanhas** geralmente são seus únicos doadores do setor, representando a si próprios. São eles: Alcides Ribeiro Filho, o “Professor Alcides” (PP-GO), sócio da **Unifan**; Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) é sócia da **Belmonte Sports**, cujo CNPJ foi cadastrado com atividade educacional; Haroldo Alves Campos, o “Haroldo Cathedral” (PSD-RR), é sócio da **Faculdade Cathedral**; Moses Rodrigues (MDB-CE) é sócio

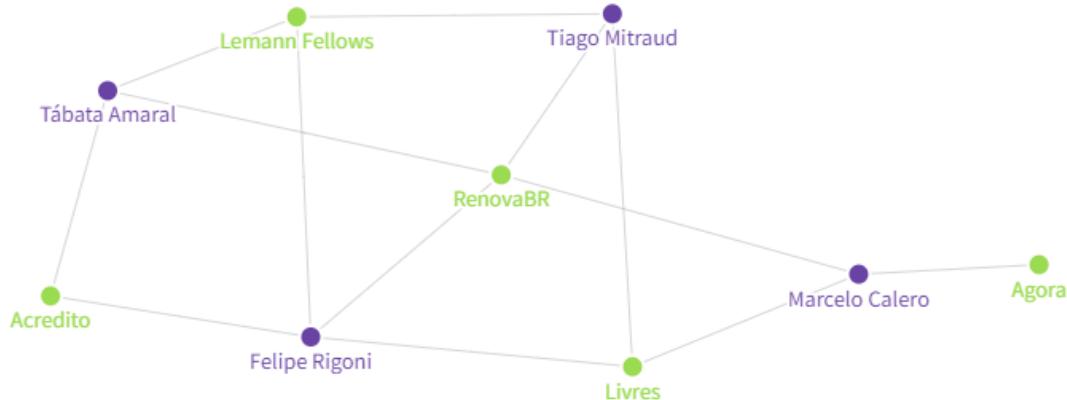
do Instituto de Educação Profissional e Superior Cearense, CNPJ ligado à **Uninta**, da qual foi pró-diretor administrativo.

Além das conexões de doadores demonstradas no gráfico e da participação na comissão de educação, **o que une os deputados mais conectados é a participação nos chamados movimentos de renovação política**.

Trata-se de grupos que oferecem cursos de formação a possíveis candidatos a cargos eletivos. Não estão ligados formalmente a nenhum partido, e têm membros filiados a diversos partidos. Alguns políticos são membros de mais de um movimento. Em 2018, esses grupos **teriam eleito 30 parlamentares**. Como os grupos nem sempre divulgam suas listas de financiadores, não é possível avaliar a conexão entre doadores de campanha e os movimentos.

## Deputados participantes de movimentos de renovação política

grupo ● deputados ● movimentos



Fonte: Sites dos Movimentos | Apuração e elaboração: Marcelo Soares / Lagom Data

Tábata, Rigoni, Mitraud e Calero, hoje secretário municipal no Rio de Janeiro, constam na base de alunos do movimento RenovaBR, que se apresenta como uma “escola de formação política mantida por cidadãos comuns”. Seu site mostra os alunos de seus cursos, destacando os que ganharam cargos eletivos. Outros cinco eleitos para a Câmara em 2018 também foram alunos do movimento.

Tábata, Mitraud e Rigoni também foram Lemann Fellows, tendo recebido da Fundação Lemann bolsas para estudar no exterior. Além deles, também consta da lista o deputado Vinícius Poit (NOVO-SP). A fundação tem em sua agenda institucional o tema das reformas educacionais.

Rigoni, Mitraud e Calero constam como lideranças do movimento Livres. Outros 32 deputados também estão na listagem. O grupo publica uma carta de compromissos de políticas públicas em seu site, mas essa carta não menciona educação. Até 2018, o grupo estava ligado ao PSL, visando dar uma orientação liberal ao partido. Com a filiação de Jair Bolsonaro – posteriormente filiado ao PL – e seus apoiadores, o grupo desistiu da filiação.

Tábata e Rigoni também constam como “lideranças cívicas” eleitas para a Câmara que fazem parte do movimento Acredito. O movimento publica em seu site um documento com propostas para a educação. O site também publica

as cartas de compromisso que o grupo assinou com cinco partidos, visando independência dos seus membros dentro das organizações. “Independentemente do partido de cada Liderança Cívica, caso eleitas, elas estarão comprometidas com uma mesma Agenda de Prioridade para o Brasil”, diz o site.

## Na Subcomissão de Saúde

Sete dos 31 membros e ex-membros da Subcomissão de Saúde (22,5%) receberam R\$ 340 mil de empresários do ramo. Entre eles, destacam-se dois:

- **Zacarias Calil Hamu** (DEM-GO), empresário do ramo que doou para sua própria campanha.
- **Pedro Bandarra Westphalen** (PP-RS), que embora não tenha doado para sua própria campanha, tem entre seus doadores um possível parente, Fabio Westphalen Furian, que é seu sócio em empresas do setor.

Calero é o único dos quatro que consta como membro do grupo “Agora!”, fundado pelo apresentador de TV Luciano Huck. Este foi um dos seus doadores com interesses econômicos no setor de educação (é sócio do Instituto Criar de TV e Cinema). No site, o grupo publica uma lista de propostas para a educação.

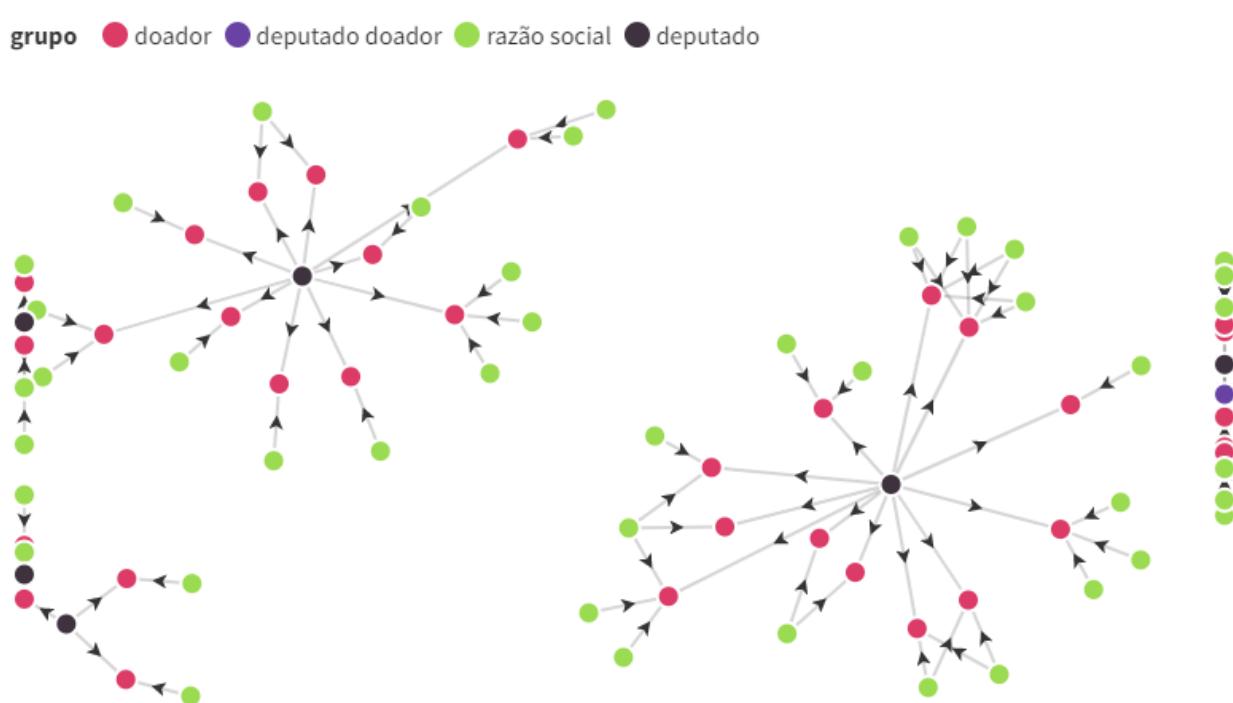
Ao contrário do que se viu na Comissão de Educação, não existem conexões evidentes entre os doadores dos deputados que entraram na comissão; cada doador adotou apenas um deputado e cada deputado tem seus próprios doadores do setor.

O gráfico abaixo mostra as conexões entre doadores, as empresas de que são sócios e os deputados que financiaram.

**Subcomissão de Saúde: explore a teia de relações entre parlamentares, financiadores de campanhas e suas empresas:**

### Doações do setor de saúde a deputados da Subcomissão

A partir do cruzamento dos doadores pessoa física com sua participação societária



Fonte: Câmara dos Deputados, Tribunal Superior Eleitoral e Receita Federal | Análise: Marcelo Soares / Lagom Data

Os mais amplamente conectados em redes societárias do setor da saúde são [Luciano Ducci \(PSB-PR\)](#) e [Pedro Westphalen \(PP-RS\)](#).

É interessante observar os casos deles, especialmente porque o primeiro é de oposição ao governo federal e o outro pertence a um partido da base governista.

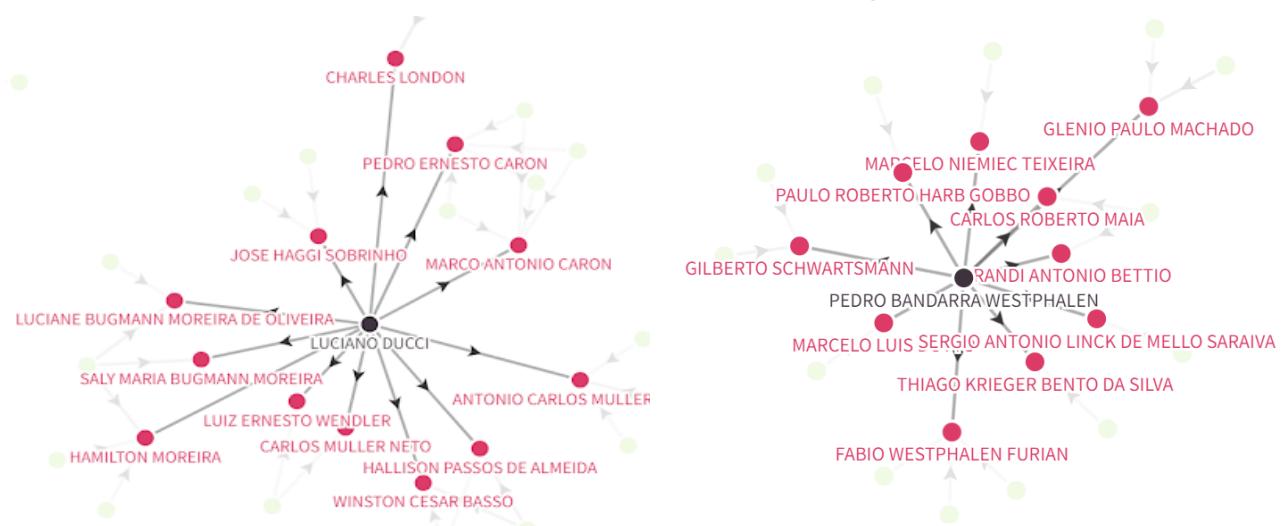
Ducci, o deputado da comissão que tem o maior financiamento, apresenta padrões interessantes em seus doadores, como mostra o detalhe do gráfico de rede, na página seguinte. Três de seus doa-

dores, da mesma família, constam como sócios do Hospital de Olhos do Paraná e de outras empresas do ramo da oftalmologia. Ducci [participou de uma inauguração de área SUS no hospital](#) ao lado do filho Ricardo, oftalmologista, que [atende no mesmo local](#).

De acordo com [dados](#) do Portal da Transparência, desde 2016 o deputado destinou R\$ 49 milhões em emendas parlamentares para a saúde no Paraná, dos quais R\$ 19,7 milhões para assistência hospitalar e ambulatorial.

## Doações do setor de saúde a deputados da Subcomissão

A partir do cruzamento dos doadores pessoa física com sua participação societária



Fonte: Câmara dos Deputados, Tribunal Superior Eleitoral e Receita Federal | Análise: Marcelo Soares / Lagom Data

Padrões semelhantes podem ser vistos no gráfico entre os doadores do deputado Pedro Westphalen, que como mencionado anteriormente é sócio em uma empresa do setor.

Westphalen destinou R\$ 19 milhões em emendas para a saúde em 2020 e 2021, tempo de seu mandato, segundo os dados do Portal da Transparência.

Obviamente, trata-se de serviços necessários para o atendimento à população e que precisam ser financiados. Por lei, parte desse financiamento é direcionada a hospitais específicos na forma de emendas parlamentares, por indicação de um parlamentar que representa a região.

Do lado do deputado, essas realizações mais adiante poderão ser tema de campanha. Em suas postagens em redes sociais, Ducci se apresenta como "#ODeputadoDaSaude". Já Westphalen, que coordena a frente parlamentar do Programa Nacional de Imunizações, é um raro apoiador do governo que recomenda a vacinação.

Tudo isso é legítimo. Mas a conexão indireta entre emendas parlamentares e doações eleitorais merece ser observada. Um estudo mais aprofundado das conexões entre doadores de campanha e empresas destinatárias de emendas parlamentares pode ser interessante no futuro, embora não seja o objetivo deste relatório. ☀

## O QUE FIZERAM DURANTE A PANDEMIA

**N**enhuma das comissões analisadas teve eventos e nem votações registrados no ano de 2020, quando a maior parte das atividades legislativas ocorreu de maneira remota.

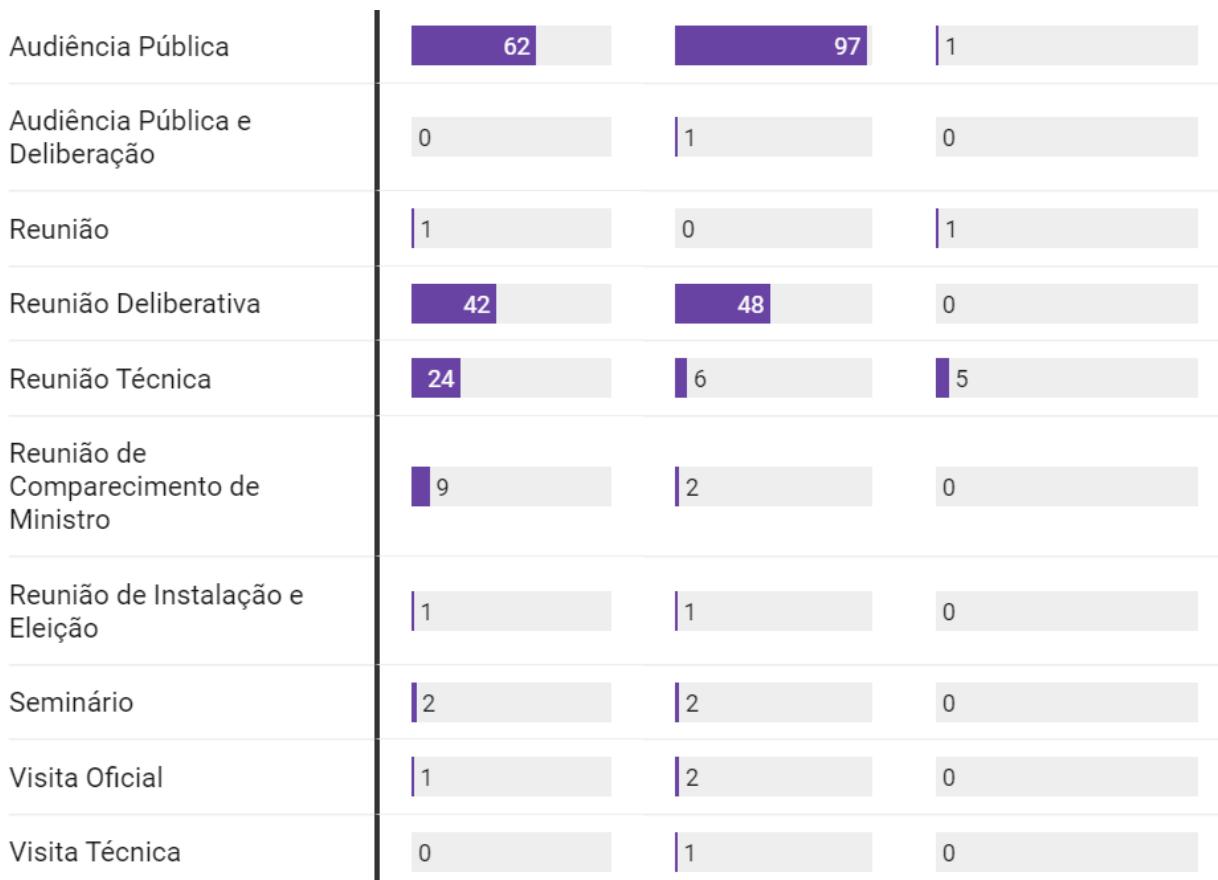
Já em 2021, nas comissões de Educação e de Seguridade

Social e Família (que engloba a subcomissão de saúde), houve principalmente audiências públicas e reuniões deliberativas, em que se votam temas diversos.

Veja a seguir como foi a atuação das comissões e subcomissão analisadas.

### As atividades de 2021 das comissões analisadas

Por tipo e quantidade, em 2020 não houve atividades nessas comissões



Fonte: Câmara dos Deputados | Análise: Marcelo Soares/Lagom Data

## Comissão de Educação (CE)

Audiências públicas: **62**  
Reuniões deliberativas: **42**  
Reuniões técnicas: **24**  
Reuniões de comparecimento de ministros: **9**

Compareceram o ministro da educação, Milton Ribeiro (4 vezes, por vídeo); o da economia, Paulo Guedes (3 vezes, por vídeo); o da ciência e tecnologia, Marcos Pontes (1 vez, por vídeo); e o das comunicações, Fábio Faria (1 vez, por vídeo). O [relatório anual da comissão](#), em PDF, pode ser baixado do site da Câmara.

## Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

Audiências públicas: **97**  
Reuniões deliberativas: **48**  
Reuniões técnicas: **6**  
Reuniões de comparecimento de ministros: **2**

Foram convocados o ministro da Defesa e o ministro da Ciência e Tecnologia — nenhuma vez o da Saúde.

### Subcomissão de Saúde

Reuniu-se relativamente pouco, considerando que o período analisado foi marcado por uma pandemia global. Fez cinco reuniões técnicas, uma reunião e uma audiência pública, segundo o registro de eventos da Câmara.

Nenhum projeto foi votado na subcomissão, pois os projetos são votados na CSSF. 

## COMO VOTARAM?

**A**s votações das comissões tendem a aprovar ou reprevar os temas conforme o voto da maioria dos seus participantes presentes num dado dia. Ao registrar a votação, informa apenas se o tema foi aprovado ou não. Presume-se que todos os presentes votaram a favor, quando aprovado, ou contra, quando rejeitado — mas ficam registrados os nomes dos geralmente poucos

votos divergentes.

A partir dos dados da Câmara, tanto os já abertos em formato legível por máquinas quanto relatórios disponíveis no site, foi possível construir **uma base de dados inédita, levantando para cada proposição votada os nomes dos deputados presentes e os nomes dos que registraram voto dissidente ([baixe os dados](#))**.

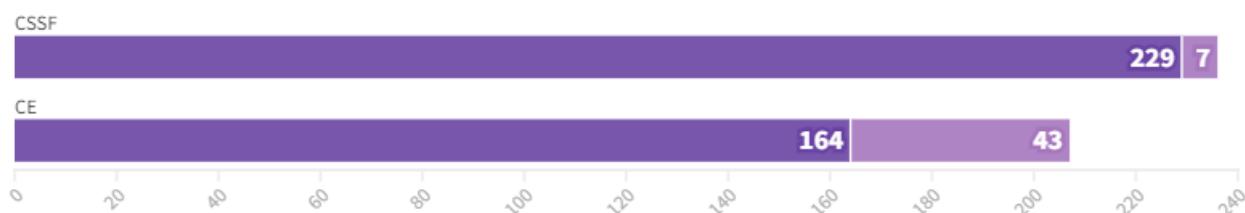
### Na Comissão de Educação

O levantamento revela que a Comissão de Educação (CE) foi a que teve proposições mais divisivas. Nela, houve ao menos um voto dissidente em um a cada cinco pro-

posições votadas. Na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), que vota temas de Saúde, houve votos dissidentes em menos de 3% das proposições votadas.

### Dissidência em proposições votadas em comissões

■ Proposições unâimes ■ Proposições com dissidência



Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral | Análise: Marcelo Soares / Lagom Data

A tabela a seguir detalha os dez projetos com maior índice de divergência na Comissão de Educação em 2021.

### Dez proposições com mais divergência na CE em 2021



proposicao	aprovado	votou com a maioria	divergiu	% diverge
PL 11077/2018	Não	58	14	19,4%
PL 6947/2017	Sim	61	13	17,6%
PL 2417/2011	Sim	65	11	14,5%
PL 4108/2020	Sim	62	8	11,4%
PL 9055/2017	Sim	51	6	10,5%
PL 2189/2019	Sim	62	4	6,1%
PL 5465/2020	Sim	70	4	5,4%
PL 2290/2019	Sim	63	2	3,1%
PDC 733/2017	Não	75	2	2,6%
PL 563/2020	Sim	63	2	3,1%

Fonte: Câmara dos Deputados | Análise: Marcelo Soares/Lagom Data

O contexto dos cinco projetos que tiveram mais de 10% de dissidência em sua votação merece análise mais aprofundada. Eles geralmente seguem para tramitar em outras comissões até que um dia cheguem a ser votados.

O projeto mais divisivo ([PL 11077/2018](#)) foi **rejeitado** na comissão por 80% dos votos. Segundo o relato do site da Câmara, ele **proíbe Organizações Sociais**

(OS) de realizar atividades de ensino. O relator era Tiago Mitraud (Novo-MG). Foram dissidentes os deputados Glauber Braga, Professora Marcivania, Danilo Cabral, Zeca Dirceu, Pedro Uczai, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rafael Motta, Vilson da Fetaemg, Natália Bonavides, Professora Rosa Neide, Idilvan Alencar, Professor Israel Batista, Alice Portugal e Bacelar.

Em seguida, o [PL 6947/2017](#)

foi **aprovado** com 18% de votos dissidentes. Ele permite que estudantes financiem via Fies a presença em graduações e pós-graduações cursadas à distância. O relator era Tiago Mitraud (Novo-MG). Votaram contra os deputados Átila Lira, Glauber Braga, Professora Marcivania, Zeca Dirceu, Pedro Uczai, Rafael Motta, Natália Bonavides, Professora Rosa Neide, Idilvan Alencar, Tabata Amaral, Professor Israel Batista, Lídice da Mata, Alice Portugal, Bacelar e José Ricardo.

Já o [\*\*PL 2417/2011\*\*](#) foi **aprovado** com 14,5% de votos dissidentes. Ele cria a figura do Arranjo de Desenvolvimento da Educação, que reúne municípios para gerir juntos a educação da região. O relator foi Raul Henry (MDB-PE). Votaram contra os deputados Reginaldo Lopes, Glauber Braga, Professora Marcivania, Zeca Dirceu, Pedro Uczai, Rafael Motta, Natália Bonavides, Professora Rosa Neide, Idilvan Alencar, Lídice da Mata, Bacelar e José Ricardo.

O [\*\*PL 4108/2020\*\*](#) foi **aprovado** com 11% de votos dissidentes. Criado

durante a pandemia, ele proíbe a suspensão de bolsas de estudo e auxílios estudantis em caso de emergência. O relator foi Rogério Correia (PT-MG). Votaram contra os deputados General Peternelli, Professor Alcides, Luiz Lima, Eduardo Bolsonaro, Tiago Mitraud, Chris Tonietto, Paula Belmonte e Dr. Jaziel.

Em quinto na lista, o [\*\*PL 9055/2017\*\*](#) foi **aprovado** por 90% dos votos. Ele proíbe que bancos cobrem tarifas de instituições de ensino. O relator foi Pedro Uczai (PT-SC). Votaram contra os deputados Eduardo Bolsonaro, General Peternelli, Daniel Silveira, Tiago Mitraud, Luiz Lima e Daniela do Waginho.

É possível verificar polarização na votação desses projetos. Quando deputados mais identificados com o governo federal relatam, deputados de oposição apresentam voto dissidente e vice-versa.

Também podemos levantar quais são os deputados com maior dissidência em seus votos. Veja a tabela comparativa a seguir.

## Dez deputados que mais divergiram na CE em 2021

deputado	partido	votou com a maioria	divergiu	% diverge
Tiago Mitraud	NOVO	169	33	16
Glauber Braga	PSOL	190	6	3
Professora Marcivania	PCdoB	177	5	3
Pedro Uczai	PT	178	4	2
Bacelar	PODE	184	3	2
Chris Tonietto	PSL	159	3	2
Zeca Dirceu	PT	152	3	2
Rafael Motta	PSB	170	3	2
Dr. Jaziel	PL	142	3	2
General Peternelli	PSL	204	3	1

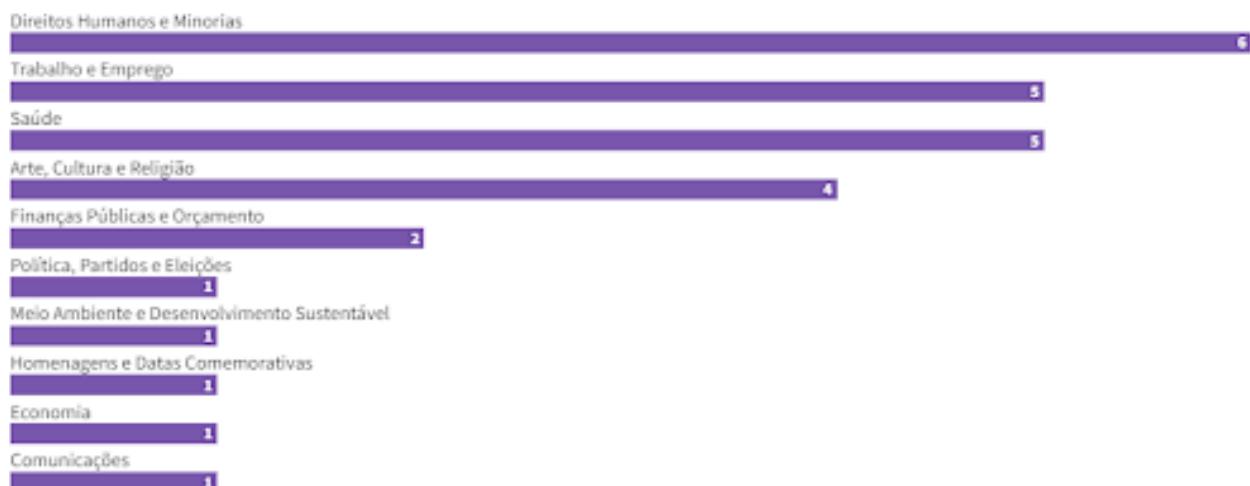
Fonte: Câmara dos Deputados | Análise: Marcelo Soares/Lagom Data

O deputado mineiro Tiago Mitraud, do partido Novo, foi voto vencido em uma a cada seis votações de que participou na comissão. Pelo relato anterior, também vemos que os dois projetos votados com maior índice de dissidência foram relatados por ele.

Cruzando-se a lista dos projetos em que ele dissidiu com a tabela onde a Câmara atribui temas a eles, excluindo-se o tema principal “Educação”, há estes temas citados nos projetos.

(Nem todos os projetos têm temáticas tão detalhadas. Um mesmo projeto pode ter mais de um tema).

## Temas em que Mitraud deu voto dissidente na Comissão de Educação



Fonte: Câmara dos Deputados | Análise: Marcelo Soares/Lagom Data

## Na Comissão de Seguridade Social e Família

Como a Saúde é apenas uma das atribuições da comissão, é necessário filtrar, primeiro, todas as proposições votadas pela comissão que mencionem a Saúde entre os assuntos de que tratam.

- **PL 853/2019** – Proposto por Sâmia Bonfim (PSOL), visa criar a semana nacional de conscientização sobre os direitos das gestantes. O voto contrário foi de Carmen Zanotto (CIDADANIA).
- **PL 1769/2015** – Proposto por Rômulo Gouveia (PSD), visa estabelecer uma cota de 10% de profissionais capacitados em Linguagem Brasileira de Sinais em estabelecimentos de saúde. Votos contrários de Vivi Reis (PSOL) e Rejane Dias (PT).
- **PL 3235/2020** – Proposto por Luizão Goulart (Republicanos), no primeiro ano da pandemia, estabelece a obrigatoriedade de divisórias transparentes em estabelecimentos de saúde para os profissionais que atendem diretamente ao público. Voto contrário de Adriana Ventura (Novo)
- **PL 5641/2016** – Proposto por Antonio Brito (PSD), proíbe a União de transferir recursos voluntários a municípios que interromperam repasses a entidades filantrópicas de saúde, como as Santas Casas, que fizeram atendimento pelo SUS. Voto contrário de Vivi Reis (PSOL).

Após esse cruzamento, tem-se que a CSSF votou no período **83 projetos diretamente ligados à Saúde**. Dos 11 votos vencidos registrados nas atas da comissão, oito ocorreram em sete projetos de lei ligados à Saúde. ☺

- **PL 5706/2016** – Proposto por Hildo Rocha (MDB), obriga os hospitais particulares a, por meio do seu departamento de serviço social, encaminhar para outras instituições de saúde os pacientes que não tenham condições de ser atendidos lá. Voto contrário de Daniela do Waguinho (MDB).
- **PL 7816/2017** – Proposto pelo senador Cidinho Santos (PR), visa tirar a atividade de fabricação de sabões artesanais da competência de fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Voto contrário de Adriana Ventura (Novo).
- **PLP 114/2020** – Proposto por Wolney Queiroz (PDT), fixa normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do enfrentamento de calamidade pública em virtude de situação epidemiológica. Voto contrário de Adriana Ventura (Novo), que argumentou que seu partido é **contra a vacinação compulsória**.

## PARTE 2

# Raio-x das leis aprovadas na pandemia

Uma visão sobre o processo legislativo durante a pandemia, os projetos que viraram lei e as votações nos temas de Saúde e Educação

## O QUE VIROU LEI

**D**epois de destrinchar as comissões de Saúde e Educação, seus participantes e suas atividades durante a pandemia, é hora de olhar para o todo para entender o que, de fato, virou lei — e como os projetos chegaram lá.

Entre o início de 2020 e o começo de novembro de 2021, **o governo Bolsonaro sancionou\* 625 decretos, 7 emendas constitucionais, 14 leis complementares e 243 leis**. Destas, **77 convertem medidas provisórias**, editadas pelo presidente e que têm força de lei por até 60 dias, prazo em que o Congresso precisa convertê-las em lei para continuarem valendo.

Excetuando-se os decretos, que não passam pelo Congresso, foram selecionados os textos legais votados na Câmara e que se referiam à pandemia ou a temas de Saúde e Educação. A partir da leitura das ementas, foram identificadas **80 leis (23 convertendo MPs), leis complementares e emendas constitucionais, a maioria delas no tema “pandemia” ([baixe os dados](#))**. O tema da pandemia é amplo, e a maior parte das leis so-

bre a pandemia trata de questões como auxílio emergencial, medidas para manutenção do emprego, crédito para empresas e outras demandas setoriais.

Do total analisado, 23 vieram do Executivo, por meio de medidas provisórias (29%). Outros 34 (42%) tiveram origem na Câmara e 23 (29%) começaram no Senado.

**A maior parte dos textos que viraram lei (75, ou 94% do total) foi votada em regime de urgência** — seja por serem medidas provisórias ou por se tratar de assuntos inadiáveis por acordo da maioria da Casa. **Apenas 19 tiveram votação nominal em plenário logo antes de virarem leis**, sendo que, em dois dos casos, não se tratava da última votação. Isso significa que 79% das votações finais foram simbólicas. Nesse tipo de rito, os deputados são chamados a permanecer como estão caso aprovem o resultado e são registrados apenas os posicionamentos dos partidos. A votação nominal ocorre sempre quando se trata de emenda constitucional, e a pedido de deputados no restante das vezes. ☕

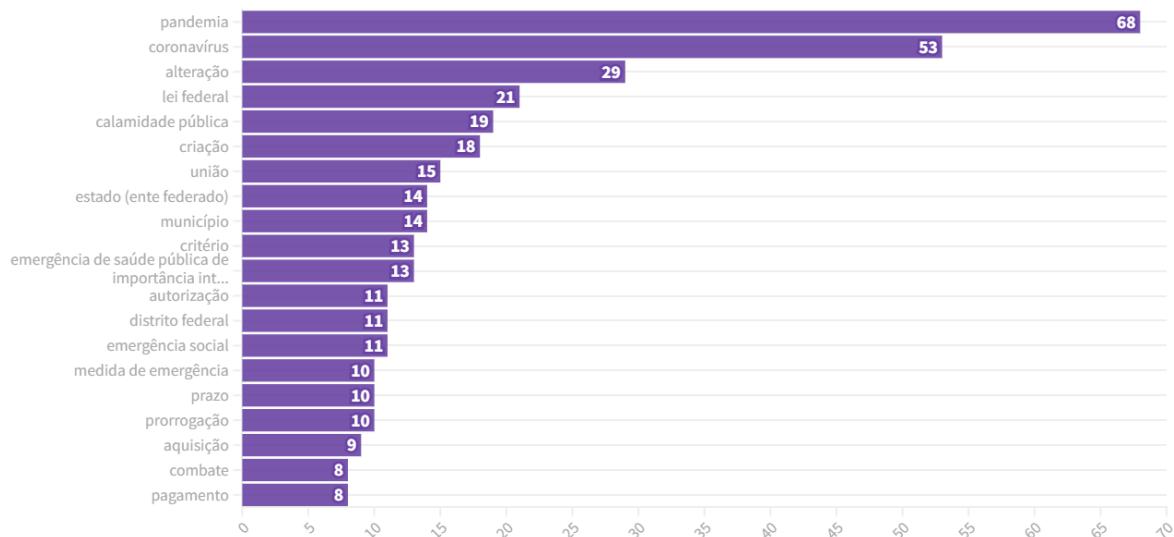
\*As normas sancionadas foram extraídas do site do Planalto: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/resenha-diaria>>

## OS TEMAS MAIS VOTADOS

**C**omo a pandemia afetou todos os aspectos da sociedade, a legislação a respeito abrange desde medidas sanitárias como a compra de vacinas até o socorro a setores atingidos pela crise, como o da aviação civil e os trabalhadores da cultura.

Alterações na educação, como o ensino à distância e mudanças no calendário escolar com a pandemia, também passaram pelo Legislativo. O gráfico abaixo mostra os principais temas (palavras-chave) indicados pela Câmara nos projetos de lei.

### Os 20 temas mais comuns nas leis analisadas



Fonte: Câmara dos Deputados (temas), Resenha Diária do Planalto (leis aprovadas) | Análise: Lagom Data

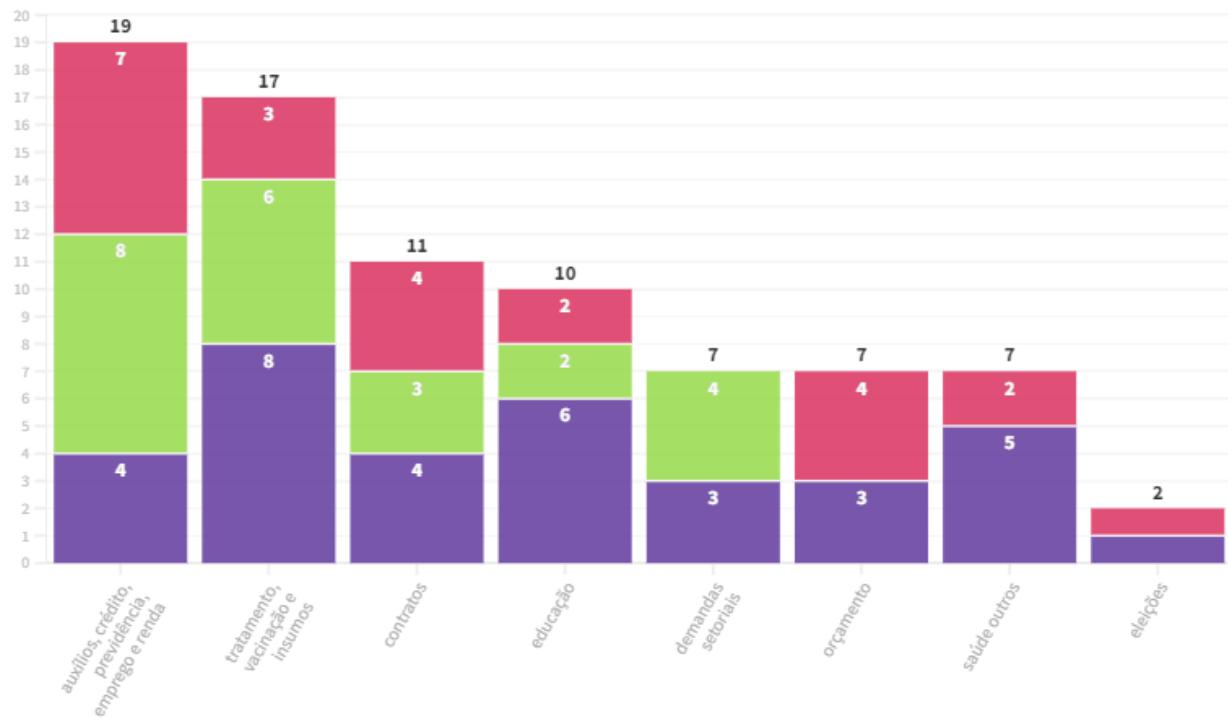
Outra maneira de analisar a que se referem as leis é categorizando-as a partir da leitura das ementas. Embora essa tentativa não seja exata, é possível ver abaixo os temas localizados, coloridos pela origem da iniciativa do projeto. Os projetos que tratam de **alterações ao orçamento** devido

**à pandemia** (permitindo aumento a determinadas categorias, por exemplo), que lidam com **outros problemas de saúde** (como saúde menstrual, câncer do colo do útero) ou que tratam das eleições (data e inelegibilidade) **não estavam entre os propostos pelo Executivo.** ☺

## Temas principais das leis analisadas



■ Câmara ■ Executivo ■ Senado



Fonte: Resenha Diária (leis aprovadas) | Análise: Lagom Data

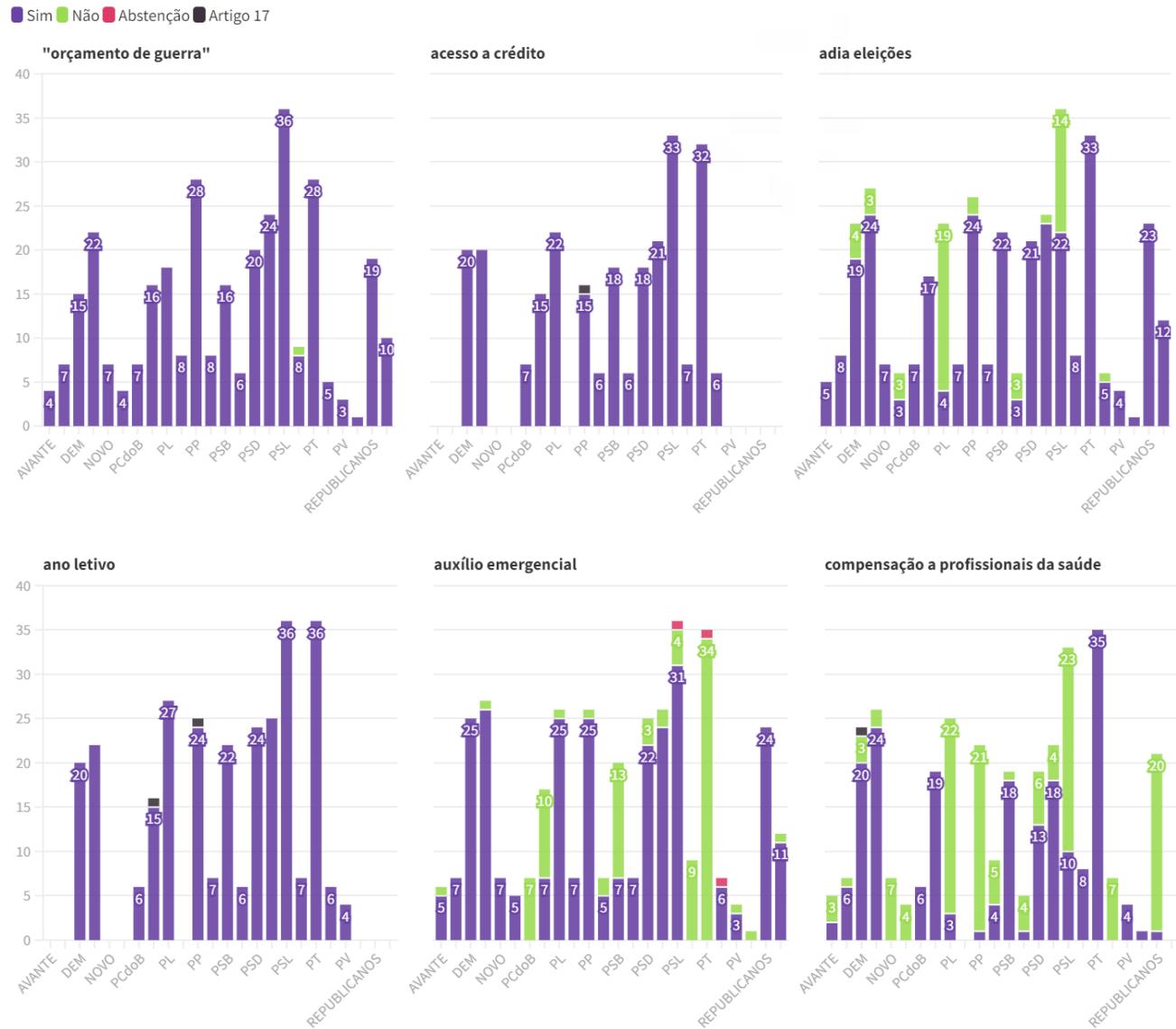
## COMO OS PARTIDOS VOTARAM

**A** seguir, são analisados de forma mais detalhada os resultados dos 19 textos com última votação nominal. Em dois deles (os que viraram a Lei nº 14.043, de 19.8.2020, e a Lei Complementar nº 173, de

27.5.2020), a última votação nominal não é a votação final. Foram votações em que o objeto foi rejeitado — e portanto devem aparecer com maioria de “não” no gráfico abaixo, que mostra como os partidos votaram em cada projeto:

### Como os partidos votaram o que virou lei na pandemia

Apenas os projetos com votação nominal logo antes de virar lei



Fonte: Câmara dos Deputados (votos) e Resenha Diária do Planalto (leis em vigor) | Análise: Lagom Data

## Como os partidos votaram o que virou lei na pandemia

Apenas os projetos com votação nominal logo antes de virar lei

■ Sim ■ Não ■ Abstenção ■ Artigo 17

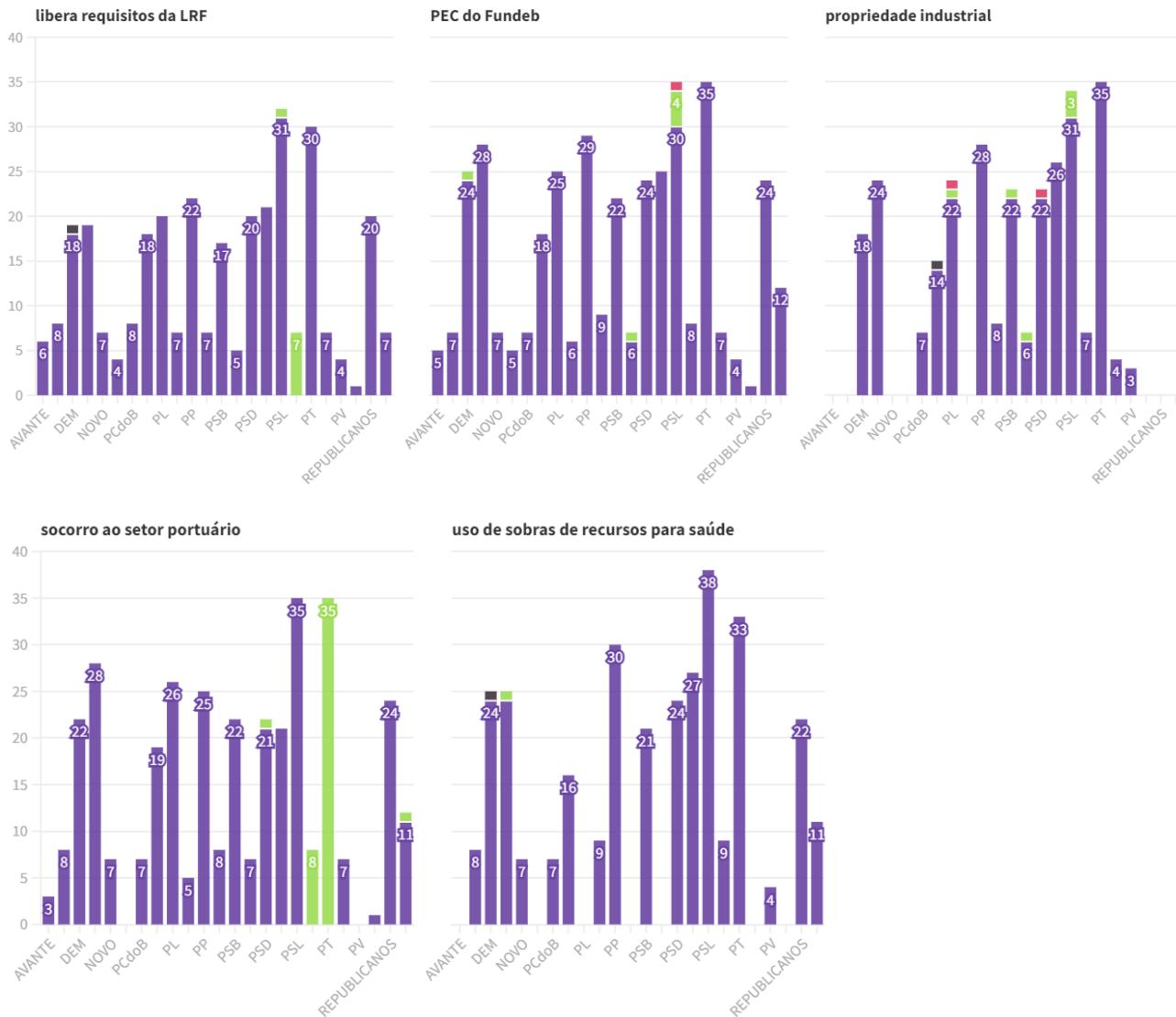


Fonte: Câmara dos Deputados (votos) e Resenha Diária do Planalto (leis em vigor) | Análise: Lagom Data

## Como os partidos votaram o que virou lei na pandemia

Apenas os projetos com votação nominal logo antes de virar lei

■ Sim ■ Não ■ Abstenção ■ Artigo 17



**Fonte:** Câmara dos Deputados (votos) e Resenha Diária do Planalto (leis em vigor) | **Análise:** Lagom Data

*A lista completa das leis, projetos e suas ementas pode ser [acessada aqui](#)*

Os deputados podem votar conforme a orientação do partido ou contra ela, inclusive se abstendo. Quando os votos foram liberados pelo partido, estes não foram considerados divergentes. Mantivemos quando o presidente da sessão usou o Artigo 17 do regimento da Câmara para se abster, mas não levamos esses votos em conta nos destaques abaixo.

Embora a maior parte dos projetos analisados tenha sido aprovada pela quase totalidade dos votos, há divergências interessantes para a análise, que permitem verificar como a disciplina partidária e o perfil do deputado interagem. Poucos dos projetos que viram lei aprovados com voto nominal têm mais de 10% de votos divergentes da orientação, o que torna interessante verificar o que acontece quando esse índice é ultrapassado.

Ao todo, 172 deputados (cerca de um terço da Casa) votaram de acordo com seus partidos em todos os casos observados aqui. A conta inclui suplentes

que assumiram a cadeira temporariamente. Todos os outros votaram contra a orientação partidária entre uma e seis vezes no total de 19 textos inicialmente analisados.

O maior índice de divergência ocorreu no projeto que virou a Lei nº 14.216, de 7.10.2021 – que suspendia por três meses os despejos e ações de reintegração de posse durante a pandemia de Covid. Dos 275 deputados cujos partidos orientaram o voto, 46% votaram de maneira oposta à indicação partidária.

Apenas três partidos tiveram coesão nos votos nominais: PT, PSOL e PC do B. Todos os seus membros votaram “Sim” como orientado pelo partido. PSL e PSDB foram os únicos partidos que orientaram o voto “Não”; respectivamente, tiveram 4 de 35 e 7 de 25 votos contrários à orientação do partido. O projeto foi proposto na Câmara no começo da pandemia, em março de 2020, e aprovado finalmente em outubro de 2021 – um ano e sete meses depois. ☀

## VOTOS DIVERGENTES

**D**eputados em primeiro mandato são os que mais votaram contra a orientação de seus partidos nos projetos de Educação, Saúde e Pandemia entre 2020 e 2021.

É normal que deputados discordem da orientação dos partidos em algumas votações. **Deputados em primeiro mandato,**

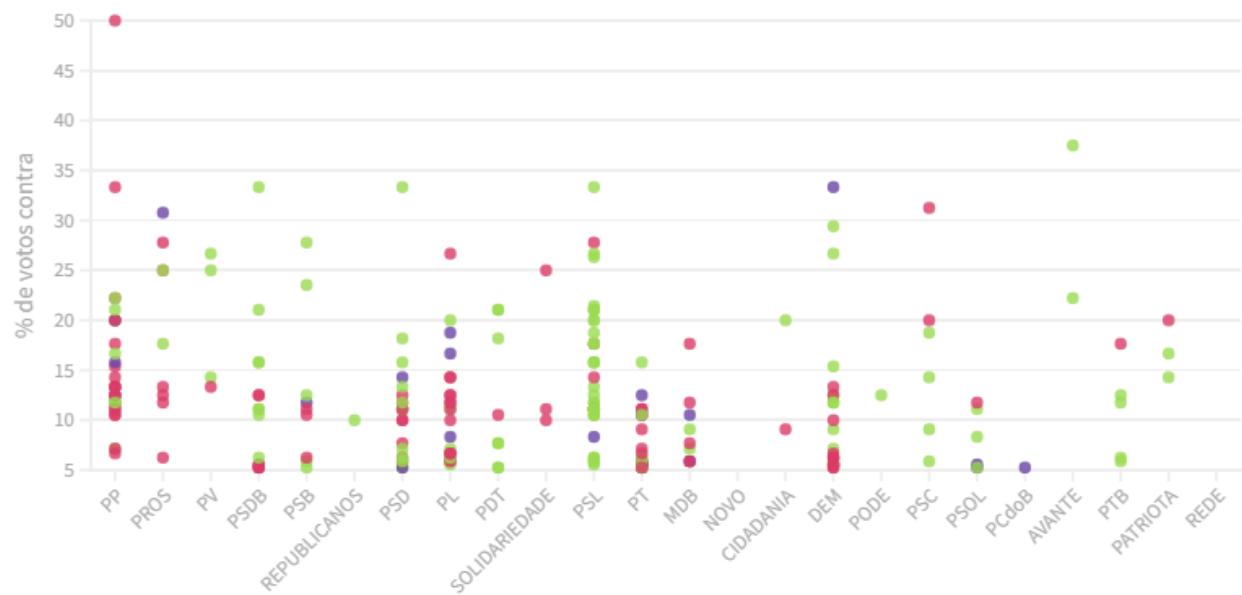
porém, especialmente os filiados ao PSL, têm mais altos índices de votação contra a orientação do partido.

No gráfico abaixo, cada coluna representa um partido e cada ponto representa um deputado. Os pontos que estão em verde representam deputados em primeiro mandato.

### Divergentes por partido e experiência



experiencia ● novato (primeiro mandato) ● profissional (até 3 mandatos) ● veterano (4 mandatos ou mais)



Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral | Análise: Lagom Data

*Os deputados que com mais frequência votaram contra a orientação do partido, neste recorte de 19 projetos que tiveram votação nominal, foram:*

- **Pastor Isidório** (Avante/BA, novato): votou contra o partido em 3 de 8 projetos em que seu partido orientou o voto (37,5%)
- **Covatti Filho** (PP/RS, segundo mandato): votou contra em 2 de 6 projetos em que seu partido orientou o voto (33%)
- **Paulo Vicente Caleffi** (PSD/RS, novato): votou contra em 2 de 6 projetos em que seu partido orientou o voto (33%)
- **Rafafá** (PSDB/PB, novato): votou contra em 2 de 6 projetos em que seu partido orientou o voto (33%)
- **Junio Amaral** (PSL/MG, novato): votou contra em 6 de 18 projetos em que seu partido orientou o voto (33%)
- **Paulo Eduardo Martins** (PSC/PR, segundo mandato): votou contra em 5 de 16 projetos em que seu partido orientou o voto (31,25%)
- **Gastão Vieira** (PROS/MA, veterano): votou contra em 4 de 13 projetos em que seu partido orientou o voto (30,77%)

Rodrigo Maia e Arthur Lira, ex e atual presidentes da Câmara, aparecem como tendo votado contra a orienta-

ção do partido nas votações em que utilizaram o artigo 17 do regimento interno e se abstiveram de votar.

## Densidade eleitoral

Outra medida importante para observar a atuação desses políticos é a densidade eleitoral, ou seja, se políticos escolhidos por mais eleitores votam mais vezes contra a orientação dos seus partidos.

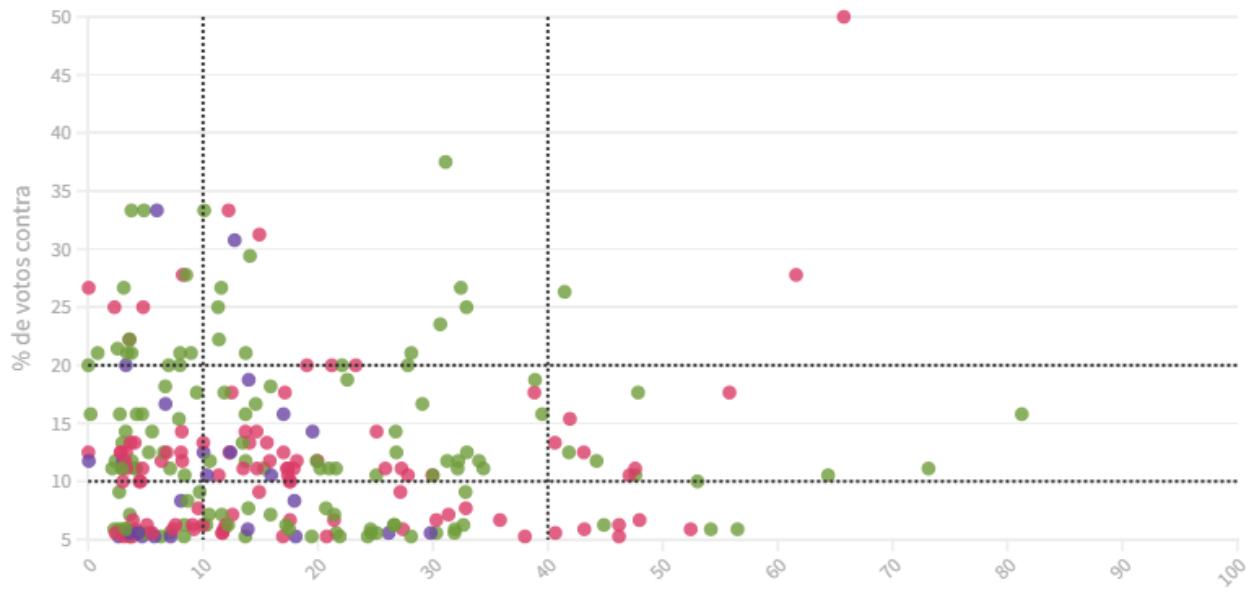
Como os Estados brasileiros têm tamanhos de população muito di-

ferentes, a votação mínima necessária para eleger um deputado no Acre é muito diferente da votação mínima necessária para eleger um deputado em São Paulo. Por isso, calculamos a densidade eleitoral — ou quantos votos esse deputado teve a cada mil eleitores do seu Estado. Cada dez votos por mil eleitores equivalem a 1% do eleitorado.

## Divergentes por experiência e densidade eleitoral



● novato (primeiro mandato) ● profissional (até 3 mandatos) ● veterano (4 mandatos ou mais)



Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral | Análise: Lagom Data

O canto inferior esquerdo do gráfico mostra a maior concentração de casos, de **deputados que tiveram entre 1% e 4% dos votos do seu estado e votaram contra a orientação do seu partido entre 10% e 20% das votações**. Esses 65 deputados representam um quarto de todos os que discordaram alguma vez da orientação do seu partido nessas

votações analisadas. Pouco menos da metade deles (43,1%) está em seu primeiro mandato.

Entre os que tiveram índice semelhante de votos contra a orientação do partido, 14 tiveram mais de 4% dos votos. Oito deles estavam em seu primeiro mandato federal, incluindo os três proporcionalmente mais votados:

- **José Ricardo**  
(PT-AM)  
Teve 8,1% dos votos amazonenses e votou contra seu partido em 3 das 19 votações de que participou
- **Mara Rocha**  
(PSDB-AC)  
Teve 7,3% dos votos acreanos e votou contra seu partido em 2 das 18 votações de que participou
- **Rose Modesto**  
(PSDB-MS)  
Teve 6,4% dos votos sul-mato-grossenses e votou contra seu partido em 2 das 19 votações de que participou

Os três já tinham carreiras políticas mais consolidadas antes de chegar ao mandato federal.

José Ricardo havia sido vereador de Manaus por duas vezes e deputado estadual no Amazonas

por outras duas. Mara Rocha é irmã do ex-deputado Major Rocha, atual vice-governador do Acre. Rose Modesto já havia sido duas vezes vereadora em Campo Grande e duas vezes secretária estadual no Mato Grosso do Sul.

## Custo do voto

A arrecadação dos candidatos é um fator importante no quanto os deputados votam contra a orientação do seu partido? Um pouco, pelo que sugerem os dados.

A partir dos dados de prestação de contas de campanhas, é possível quantificar o total arrecadado para a campanha de cada deputado. Como tanto as finanças de campanha quanto o volume de eleitores são muito desiguais no Brasil, podemos chegar a uma medida mais comparável dividindo o total arrecadado pelo número de votos de cada candidato.

O gráfico abaixo mostra que a maioria dos deputados de primeiro mandato arrecadou menos de

R\$ 10 por voto obtido na campanha, o que pode ser sinal tanto de baixa arrecadação quanto de alta votação. Estão nessa situação 122 deputados que votaram contra seu partido. Os que arrecadaram mais de R\$ 10 por voto obtido tendem a ser deputados com dois mandatos ou mais. Estão nessa situação 134 deputados que votaram contra seu partido. Ou seja, são grupos que no geral têm tamanho semelhante.

Para visualizarmos melhor a dispersão, a escala é logarítmica de base 10: isso significa que a distância entre quem arrecadou R\$ 0,10 e R\$ 1 por voto, no gráfico, é semelhante à distância entre quem arrecadou R\$ 1 e R\$ 10 por voto, ou de R\$ 10 para R\$ 100.

Divergentes por experiência e custo do voto 

● novato (primeiro mandato) ● profissional (até 3 mandatos) ● veterano (4 mandatos ou mais)



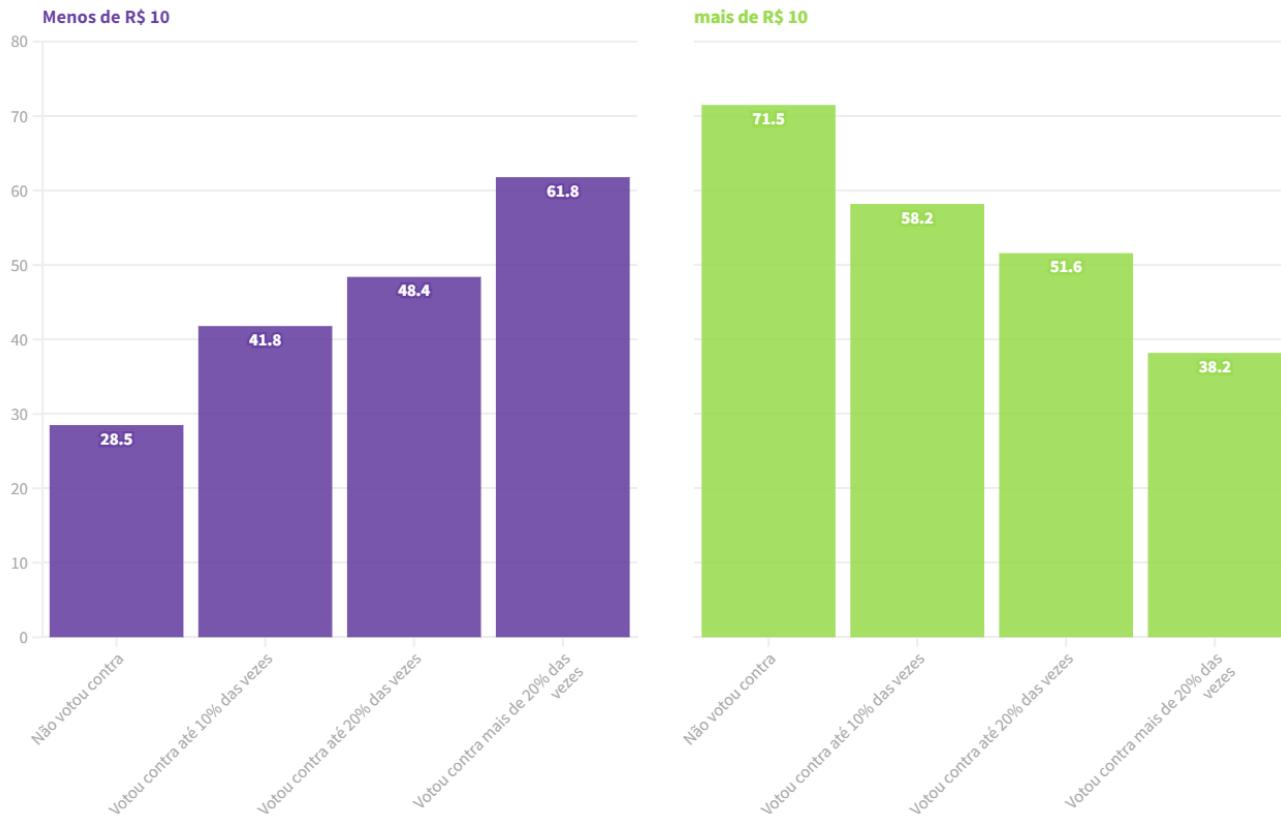
Fonte: Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral | Análise: Lagom Data

Levando em conta apenas a proporção de vezes em que os deputados votaram contra a orientação do partido, tem-se que quanto menor o custo do voto,

**maior a proporção de vezes em que o deputado vota contra o partido.** Isso ocorre quase numa “escadinha”, como se pode ver no gráfico abaixo.

### Frequência da divergência **versus** custo do voto

Em % dos deputados que estavam em cada categoria



**Fonte:** Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral | **Análise:** Lagom Data

Por fim, também é possível usar a mesma divisão de arrecadação para verificar como se comportam os deputados que votaram alguma vez contra a orientação dos seus partidos, por faixa de experiência e classe de arrecadação. Entre

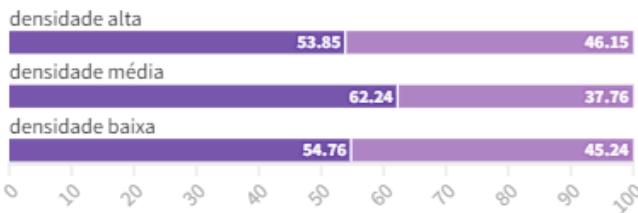
os deputados mais experientes, das classes “profissional” e “veterano”, uma arrecadação proporcionalmente menor tende a estar associada a densidades eleitorais maiores. Na categoria dos novatos, não necessariamente. ◉

### Divergentes por arrecadação, experiência e densidade eleitoral

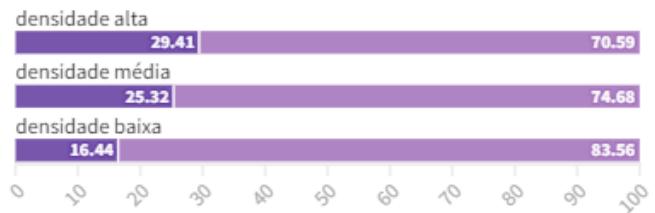
A densidade eleitoral é a porcentagem dos votos no Estado que elegeu cada deputado; a cor indica o valor médio arrecadado por voto obtido

 Menos de R\$ 10  mais de R\$ 10

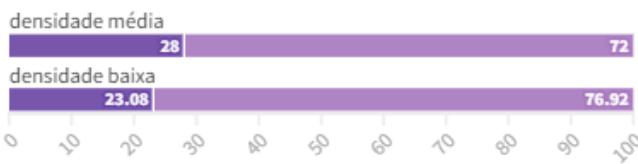
#### novato



#### profissional



#### veterano



Fonte: Câmara dos Deputados | Análise: Lagom Data

# PARLAMETRIA



Mais de 27 mil proposições tramitam, hoje, no Congresso Nacional. Embora os sites da Câmara e do Senado apresentem informações iniciais sobre essas proposições, uma massa de informações é gerada diariamente sobre a tramitação, atuação dos parlamentares, discussões, decisões nas comissões, entre outros.

Muitas dessas informações são publicadas, mas pouco acessíveis: são dados organizados em estruturas complexas ou em formatos do tipo PDF. Essas características tornam os dados praticamente inacessíveis para máquinas (eles sequer são indexados pelos rastreadores do Google) ou dificultam e muito o acesso humano à massa de dados robusta.

O Parlametria surgiu do esforço de organizações que trabalham com o monitoramento do legislativo para traduzir e dar sentido a essa massa de dados, de forma que a sociedade civil possa acompanhar e influenciar os debates que acontecem no Congresso Nacional.

As ferramentas e relatórios disponíveis foram desenvolvidos em tecnologias abertas, em uma parceria da Open Knowledge Brasil, Dado Capital e o Laboratório Analytics, da Universidade Federal de Campina Grande.

Com o Parlametria, nós pretendemos democratizar o acesso às tecnologias e o poder da inteligência de dados para a ação cidadã.

Navegue pelo site e conheça as ferramentas: <https://parlametria.org>



A OKBR, também conhecida como Rede pelo Conhecimento Livre, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e apartidária que atua no país desde 2013.

Desenvolvemos e incentivamos o uso de tecnologias cívicas e de dados abertos, realizamos análises de políticas públicas e promovemos o conhecimento livre para tornar a relação entre governo e sociedade mais transparente e participativa.

<http://ok.org.br>



lagom data

A coleta e análise dos dados foram realizadas pela Lagom Data, estúdio de inteligência de dados fundado pelo jornalista Marcelo Soares.

<https://lagomdata.com.br>

## EQUIPE RESPONSÁVEL

**Coordenação Geral** *Fernanda Campagnucci*

**Coordenação de Pesquisa** *Ariane Alves & Giulio Carvalho*

**Coleta, análise e  
visualizações de dados** *Marcelo Soares*

**Diagramação** *Talita Burbulhan*

Contato para a imprensa: [imprensa@ok.org.br](mailto:imprensa@ok.org.br)

